



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/2ª DI  
Folha nº 2  
Processo nº 6956/94  
Rubrica

PROCESSO Nº 6956/94

APENSO: Nº 30.011.749/94-GDF

ÓRGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Estado de Gestão Administrativa - SGA.  
( servidor da Secretaria de Educação )

ASSUNTO: **Aposentadoria**

EMENTA: Reversão de aposentadoria de MARIO SEBASTIÃO COUTINHO, mat. nº 4.238-2, no cargo de Professor, Classe Única, Nível 03, Padrão XXV, nos termos do artigo 1º, da Lei nº 92/90, alterada pela Lei nº 272/92, de acordo com o ato publicado no DODF de 13.10.94.

**Legalidade com correção a posteriori.**

Aposentadoria de MARIO SEBASTIÃO COUTINHO, mat. nº 04.238-2, no cargo de Professor, Classe Única, Padrão XXV, Nível 03, 20 horas, nos termos do artigo 41, inciso III, alínea "b", e § 4º da LODE, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "b" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112/90, de acordo com o ato publicado no DODF de 22.11.94.

**Legalidade .**

Senhora Diretora:

Tratam os autos de uma reversão de aposentadoria e uma aposentadoria do servidor MARIO SEBASTIÃO COUTINHO, nos termos mencionados nas ementas.

2. Convém salientar que o servidor é detentor de duas aposentadorias distintas, uma pela matrícula nº 04.238-2 ( objeto destes autos), no cargo de professor 20 horas e outra pela matrícula nº 7.782-8, no cargo de professor 40 horas ( tratada no Proc. nº 3.852/95). A acumulação é lícita, de acordo com o artigo 37, inciso XVI, alínea "a", da CF/88 ( redação anterior à Emenda Constitucional nº 20/98).

**Da reversão de aposentadoria - Proc. nº 6.956/94 (30.003238/93-GDF-anexo)**

3. Integram os autos os seguintes documentos essenciais:

- Ato concessório: fl. 78- apenso;
- Demonstrativo de tempo de serviço: fl.71- apenso;

4. Inicialmente o servidor havia se aposentado voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, pela matrícula nº 4.238-2, nos termos da Lei Complementar nº 30/77 (Decreto de 14.08.78 – fl.44-aposen). A referida inativação foi considerada legal por esta Corte de Contas, na S.O. nº 1766, de 25.09.79 ( fl. 65-aposen).



5. Posteriormente, o servidor solicitou sua reversão ao serviço ativo, com respaldo no artigo 1º, da Lei nº 92/90, alterada pela Lei nº 272/92( fl.69-apenso). O pedido foi deferido de conformidade com o ato de fl. 78-apenso.

6. Consoante novo entendimento da egrégia Corte sobre a aplicação de dispositivos da Lei nº 92/90, consubstanciado na Decisão nº 4545/00, Proc. nº 4.400/91, mantido pela Decisão nº 1.391/2001, dada no Processo nº 6.947/91, pode o servidor computar para licença especial e adicionais o tempo de inatividade anterior à data de reversão.

7. Por conseguinte, conclui-se que, em harmonia com a Decisão nº **4545/00**, a concessão em tela poderá prosperar para fins de registro, considerando-se o aproveitamento do tempo de inatividade para fins de ATS, conforme demonstrativo de fl. 71-apenso.

8. A fundamentação legal da presente reversão encontra-se correta, conforme se verifica no respectivo ato.

9. Verifica-se que o demonstrativo de tempo de serviço deverá ser encerrado em 12.10.94, véspera da concessão da reversão da aposentadoria.

#### **DA 1ª APOSENTADORIA -Proc. nº 6.956/94 ( nº 30.011.749/94-GDF)**

10. Integram os autos os seguintes documentos essenciais:

- Ato concessório: fl. 17/18 - apenso;
- Demonstrativo de tempo de serviço: fl. 09 - apenso;
- Abono provisório: fl. 11 - apenso.

11. Em 21.10.94, o servidor requisitou sua aposentadoria, com proventos integrais( fl. 01-apenso).A aposentadoria foi concedida conforme ato de fls.17/18-apenso.

12. A fundamentação legal da presente concessão encontra-se correta, conforme se verifica no respectivo ato.

13. A apuração do tempo de serviço deu-se na forma das normas legais pertinentes à matéria. Em relação ao tempo prestado à CASEB/MEC ( fl. 08-apenso), o Tribunal tem assente o entendimento de que o referido período pode ser computado para todos os efeitos, inclusive na forma da Lei nº 22/89, conforme Decisão nº 1.045/2001 (Proc.nº 3.496/91).

14. As parcelas integrantes do abono provisório foram calculadas em conformidade com os dispositivos legais constantes da ementa.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
*Quarta Inspeção de Controle Externo*

**TCDF - 4ª ICE/2ª DI**  
Folha nº 4  
Processo nº 6956/94  
Rubrica

15. Pelo exposto, sugere-se, nos termos do artigo 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/98-TCDF e da Decisão nº 10.085/99, considerar legais, para fins de registro, as concessões de aposentadoria e reversão em exame, recomendando à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria:

**Quanto à Reversão de Aposentadoria - Proc. nº 6.956/94 - ( GDF Nº 30.011749/94)**

- encerrar o demonstrativo de fl.09-apenso em 12.10.94, véspera da concessão da reversão da aposentadoria;

À consideração superior.

Brasília, 25 de maio de 2001.

**Guimarães Teles da Silva**  
Analista de Finanças e Controle Externo  
Mat. nº 372-7